

## A REVISTA NOVA ESCOLA E SEU PAPEL NA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA\*.

MARCOS SILVA.  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.  
E-mail: silva.marcos@uol.com.br

**RESUMO:** A pesquisa procura demonstrar a importância para a História da Educação brasileira contemporânea do estudo da Revista Nova Escola (RNE). O problema que a norteará será descobrir como a RNE refletiu a influência de fatores culturais como condicionantes da Reforma Educacional brasileira durante a década de 1990. A hipótese central é que a RNE assumiu a tarefa de implementar uma nova cultura docente no Brasil. Os objetivos gerais da pesquisa são: elucidar o papel da RNE na Reforma Educacional brasileira durante a década de 1990; conhecer os principais elementos constituintes da cultura que a RNE procurou disseminar entre os docentes como forma de contribuir para a implantação da Reforma Educacional no Brasil. Os objetivos específicos são: apontar as estratégias de imposição do novo modelo cultural, utilizadas pela RNE, para os professores do ensino fundamental no Brasil; determinar as táticas de apropriação e as representações dos professores em relação ao papel da RNE e, especificamente, no que diz respeito à nova cultura docente que se pretendeu implantar no país. O método que se adotará será a análise documental, iluminada pelas categorias da história cultural, e também se privilegiará um “recorte serial”, para determinar as variações temáticas, as mudanças estruturais, os discursos e relatos construídos.

### INTRODUÇÃO

Os anos oitenta no Brasil foram considerados a “década perdida”. Apesar do processo de redemocratização, uma taxa média de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de apenas 2,5% ao ano (PASTORE; PINOTTI, 2002) demonstra como as condições econômicas pouco avançaram.

Porém, no que diz respeito ao Grau de Maturidade Educacional, o crescimento foi de 8,7% no período de 1980 a 1991(1). Apesar da crise econômica do início da década, a chamada crise do endividamento dos países latino-americanos, verificou-se uma certa estabilidade das despesas com educação entre 1980 e 1984. Durante o período da redemocratização, devido à “Emenda Calmon”, de Dezembro de 1983, e da subsequente Lei nº 7.348, de 24 de julho de 1985, que vinculava à educação parte das receitas públicas, aconteceu mesmo um aumento nas despesas com o ensino. “A menor prioridade para a educação se verificou em termos do seu crescimento inferior ao da despesa pública total, sobretudo da União” (GOMES, 1997).

Por outro lado, recursos do Governo Federal concentraram-se no ensino superior, assinalando-se, assim, um recuo de verbas para o ensino fundamental. O balanço estatístico do decênio mostra o crescimento da matrícula nos três níveis de ensino e a redução da taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de 25,5 para 18,9%. Incremento, porém, insuficiente para acompanhar o crescimento populacional (GOMES, 1997).

Enquanto o Brasil se debatia com a deterioração do sistema público de ensino e a ineficiência da aplicação dos recursos na educação, reformas educacionais se processavam em

---

\* Publicado nos Anais do II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em Educação – Dilemas e Perspectivas., 2006. Aracaju. SE.

diversas regiões do globo sob a tutela de organismos internacionais. O objetivo das mudanças era adequar os sistemas de ensino às exigências dos novos tempos, caracterizados pela globalização de ordens e intensiva informatização dos processos produtivos.

De um modo geral, estes processos de reforma educacional, iniciados na década de 1980, foram interpretados como seguindo a “ideologia da modernização” ou a “ideologia neoliberal”, e são associados a uma reação do que ficou sendo chamado de “nova direita” ao processo de esvaziamento do Estado intervencionista.

Em função disto é possível constatar uma mudança nas políticas de investimentos dos organismos internacionais. Um exemplo é o Banco Mundial, que, a partir do início da década de 1980, direcionou um volume de recursos para investimentos em Educação como nunca dantes, principiando por regiões como a África, o Sudeste Asiático e o Oriente Médio e posteriormente estendendo a outras áreas.

Nesta época, acompanhando uma tendência internacional de responsabilidade social das corporações empresariais, algumas organizações brasileiras deram início a projetos de intervenção na realidade social. A idéia era formar parceria com o setor público na construção de uma sociedade sustentável.

No campo educacional, destacou-se a iniciativa do empresário Victor Civita, do Grupo Abril, através da criação da Fundação Victor Civita, em 1985, com o objetivo declarado de contribuir para a formação e aperfeiçoamento profissional do professor do ensino fundamental, como maneira de viabilizar o desenvolvimento social do país. O principal instrumento de atuação da Fundação tornou-se a Revista Nova Escola (RNE), que entrou em circulação em Março de 1986.

A partir daí, e ao longo de vinte anos, a Revista Nova Escola (RNE) consolidou-se como a “maior revista de educação do Brasil”.(2) De acordo com informação do Grupo Abril,

Com a revista *Nova Escola*, os professores têm acesso às novidades da área e às experiências dos maiores especialistas em educação do Brasil e do exterior. Encontram idéias para aulas, entram em contato com novas teorias e sistemas didáticos, aprendem a confeccionar material pedagógico de maneira simples e de baixo custo além de ter um espaço para mostrar trabalho, talento e competência. (ABRIL, 2006).

Contando entre seus parceiros de empreitada o Ministério da Educação, o Governo do Estado de São Paulo, o CONSED (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação) e organismos internacionais como a UNESCO Brasil (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e o PREAL (Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe), dentre outros, a Fundação Victor Civita, através sobretudo da RNE, desempenhará uma função especial na evolução do quadro educacional brasileiro.

Não sendo possível olvidar o fato de que a RNE é subsidiada pelo Governo Federal, sua participação na história recente da Educação brasileira ganha destaque sobretudo a partir da década de 1990, quando a onda de Reformas Educacionais atinge o Brasil.

O grande marco de partida para as Reformas Educacionais na América Latina foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, sob promoção da UNESCO, do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e do Banco Mundial.

Os objetivos conjuntos destes órgãos podem ser sintetizados assim: tornar os investimentos em educação o aspecto central dos esforços de desenvolvimento das nações, promover o progresso educacional através de mudanças na gestão, por meio da descentralização e da ênfase na qualidade, instalar sistemas nacionais de avaliação e implementar reformas curriculares e programas de discriminação positiva, além da concessão de maior autonomia às escolas locais (CASASSUS, 2006).

Esta fórmula de mudança educacional começou a ser implantada no Brasil especialmente no período de Governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002, a chamada “Era FHC”. Época em que foi Ministro da Educação o economista Paulo Renato de Souza, pessoa anteriormente ligada a organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a ONU (Organização das Nações Unidas).

Refletindo esse momento, início da década de 1990, em termos de configuração política, social, econômica e educacional, NEVES (2000, p. 20) assim descreve a situação nacional:

A estratégia modernizadora empresarial brasileira, intensificada no período Itamar Franco de governo, trouxe, mais insistentemente, para o centro do debate nacional a questão educacional. Capital e trabalho e seus aliados reivindicam, cada qual a seu modo, maior rapidez na renovação dos padrões quantitativos e qualitativos da escolarização brasileira, e, mais especificamente, dos padrões de formação profissional, para fazer face às mudanças já em curso no Brasil dos anos de 1990.

Na realidade, o cenário amplo da educação brasileira, no início da década de 1990, coloca em campo uma polarização em torno das mudanças educacionais, consubstanciadas principalmente nos debates a respeito do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a saber: de um lado estão as entidades ligadas a um “projeto liberal-corporativo de educação” e, do outro lado, estão os “sujeitos políticos coletivos da sociedade civil”, com a sua “proposta educacional democrática de massas” (NEVES, 2000, pp. 6 e 7).

A crítica da esquerda ao processo de reforma educacional implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso pode ser sintetizada na opinião de Gaudêncio Frigotto a respeito da mesma:

A dimensão talvez mais profunda e de conseqüências mais graves situa-se no fato de que o Governo Fernando H. Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação (FRIGOTTO, 2006).

Apesar desta visão tradicional, oriunda da polarização política em torno das questões educacionais, levando-se em conta o diagnóstico das reformas educacionais feito por Romualdo Portela de Oliveira, pode-se buscar uma explicação mais abrangente para o processo histórico-educacional vivido no Brasil na última década. Segundo o autor:

O grande trunfo das reformas implantadas nos anos 90 é a possibilidade de incorporar pontos anteriormente defendidos pelos progressistas, resignificando-os dentro de uma nova lógica. Esta peculiaridade faz com que a oposição às propostas hegemônicas seja muito difícil, pois pontualmente, podem ser defensáveis ou até mesmo reivindicações ‘progressistas’ dos anos 80, como por exemplo as propostas de eleição de diretores, autonomia da escola e promoção automática ou adoção de ciclos de aprendizagem em substituição ao sistema seriado, explicitamente incorporado ao texto da LDB ou facultado por ele (OLIVEIRA, 2000, p. 80).

Segundo, pois, a lógica deste raciocínio, é necessário analisar as reformas educacionais sob um prisma mais abrangente, que possa englobar não somente os aspectos políticos e econômicos, representados pelas soluções neoliberais da nova direita para atender à internacionalização da economia, ou mesmo pelos processos de modernização gerados a partir da introdução da telemática em todas as formas de agir humano, mas, também numa perspectiva cultural, que contemple as novas formas de expressão e de vivência das sociedades, ditas pós-modernas.

A perspectiva ampla que necessita ser tomada para o correto entendimento da reforma educacional brasileira já havia sido entrevista por ASSMANN (1996, pp. 114 e 115), em meados da década de 1990, quando escreveu:

Já estão em andamento e vão acelerar-se transformações profundas dos contextos educacionais institucionais e do próprio significado humano da educação mundo afora. A maioria dos países industrializados do norte já introduziu reformas educacionais de grande alcance. Na América Latina foram implantadas reformas bastante drásticas em diversos países, com destaque aos casos do Chile, México e Argentina. Outros países, como o Brasil, estão adotando um estilo menos drástico, mais indefinido e até casuístico. Creio que se equivocam os que tentam reduzir essas reformas a lamentáveis episódios de ajuste às demandas neoliberais. As circunstâncias são bastante mais complexas e a urgência de reformas profundas no sistema educacional são inegáveis.

Assim, percebendo a necessidade de uma abordagem da recente história da educação brasileira que inclua o cultural como uma das dimensões motivadoras do processo de mudança escolar, implementado no Brasil na década de 1990, a pesquisa procurará responder à questão: como a RNE refletiu a influência de fatores culturais como condicionantes da Reforma Educacional brasileira durante a chamada “era FHC”?

Para tanto, é necessário conhecer o ambiente cultural sob o qual se processou a Reforma Educacional da década de 1990 para que se possa entender em que medida a RNE se fez arauto de uma nova situação cultural.

De um modo geral esta caracterização, sob a perspectiva educacional, pode ser assim resumida: A pós-modernidade educacional questiona a fundamentação metafísica moderna da educação, privando-a de perspectivas teleológicas; epistemologicamente adota o construtivismo; metodologicamente defende o princípio performativo; pretende alterar as relações de poder no interior da escola através, principalmente, da valorização da experiência de vida cotidiana do aprendiz e, sob o impacto da telemática, está crescentemente tornando-se difusa, muitas vezes respondendo de maneira funcionalista às exigências dos atuais interesses corporativos.

Além disso, a pós-modernidade educacional significa uma mudança na estrutura curricular através da adoção da perspectiva transdisciplinar, resultando em um trabalho pedagógico mais dinâmico, participativo e aberto à comunidade circundante. Por outro lado, isto implica no pluralismo educacional e numa postura relativista, tanto no trato do conhecimento quanto nas exigências morais.

## **A REVISTA NOVA ESCOLA E A CULTURA ESCOLAR**

Diante da caracterização da pós-modernidade educacional, conforme acima exposta, fica evidente que além de uma interpretação de inspiração político-econômica, que compreende a Reforma Educacional brasileira como uma estratégia neoliberal de acomodação do setor educacional às exigências da nova configuração do capitalismo internacional, é necessário considerar os fatores culturais como condicionantes das ações do Estado brasileiro no setor educacional durante a década de 1990.

Noutra perspectiva, em se considerando que a cultura está estreitamente ligada às transformações sociais e econômicas (BURKE, 2005), analisar a educação de um período de profundas mudanças, como o final do século XX, exige que se perceba a influência dos aspectos culturais no processo histórico-educacional.

Dentro deste contexto a RNE desempenhou um importante papel, a saber: na medida em que as alterações em curso refletiram novas configurações epistemológicas e de produção e disseminação do conhecimento e que pressupunham a assimilação de novos conceitos e a adoção de outro “padrão de comportamento” por parte dos professores, a revista foi utilizada como veículo responsável pela disseminação e produção no país de uma desejável cultura escolar, que atendessem às novas estruturas técnicas, econômicas e de pensamento.

Nesta altura importa um esclarecimento conceitual. A expressão “cultura escolar” tem sido enfatizada ultimamente. Embora não se possa encontrar nítida diferença, nos conceitos apresentados, entre esta e o termo “cultura docente”, teoricamente parece interessante estabelecer esta diferença.

Com base em vários autores (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005, p. 78) apresentam as seguintes definições para “cultura escolar”:

... Um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentados ao longo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, e a interagir com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa, e a integrar-se à vida cotidiana do centro docente. (...)

... Um conjunto de ‘normas’ que define conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de ‘práticas’ que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (...)

O conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencia os intercâmbios sociais, as produções e realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal determinado.

Numa análise mais detida destas conceitualizações de cultura escolar, percebe-se que existe uma indistinção entre cultura escolar e cultura docente. Porém, não se pode confundir os conceitos, na medida em que os docentes, apesar de alguém poder considerá-los os sujeitos principais no universo escolar, não podem ser considerados os únicos agentes definidores e compartilhadores de teorias, normas, práticas e condutas no âmbito escolar.

Seguindo linha de raciocínio similar, Antonio Viñao na Conferência de Abertura do I Congresso Brasileiro de História da Educação, em Novembro de 2000, afirmou:

Con independencia de ello, podemos también hablar, dentro de las instituciones docentes, de la cultura – modos de hacer y de pensar transmitidos de una generación a otra – de los profesores, de la cultura de los alumnos, de la cultura de las familias o padres y de la cultura del personal de administración y servicios con sus correspondientes expectativas, intereses, mentalidad y modos de proceder. (...) Hay, pues, culturas específicas de cada centro docente, de cada nivel educativo y de cada uno de los grupos de actores que intervienen en la vida cotidiana de las instituciones de enseñanza. (VIÑAO, 2001, p. 34).

Tal constatação implica a explicitação do conceito de cultura docente. Buscando apoio nos enfoques teóricos da História Cultural, a cultura docente pode ser considerada como uma subcultura, na medida em que, apesar dos professores partilharem os significados da cultura em geral (BURKE, 1989, pp. 68, 69), também compartilham significados específicos, inerentes à sua profissão. Assim, sendo uma cultura profissional, a cultura docente pode ser encarada como um sistema de concepções, estrutura simbólica e padrões de comportamento, situados sócio-historicamente, por meio dos quais o professor guia o seu agir pedagógico.

Esta compreensão é suficiente para aquilatar a importância que representa para o universo de mais de um milhão e seiscentos mil professores (3) do Ensino Fundamental no Brasil, a elucidação da “estratégia de imposição” junto aos mesmos de uma estrutura de conceitos, de um universo simbólico e de práticas e hábitos de um poderoso instrumento de comunicação como a RNE, tendo em vista que o mesmo influencia na constituição da subjetividade e prática docentes.

Numa aproximação inicial, dentre os principais elementos constituintes da cultura que a RNE procurou disseminar entre os docentes brasileiros, podem ser mencionados: a concepção construtivista de aprendizagem, uma cultura de avaliação representada pelo processo de avaliação continuada, a incorporação das NTICs no processo de ensino-aprendizagem, a interdisciplinaridade e a pedagogia das competências.

Obviamente não se pode esquecer das “táticas de apropriação” e das “representações” desenvolvidas pelos professores diante da atuação da RNE durante o período da reforma educacional brasileira.

Desperta atenção o fato de Antonio Viñao (2001), ao analisar as possíveis causas de fracasso das reformas educacionais dos últimos anos, atribuir como fator decisivo o confronto entre a cultura dos reformadores, idealizadores ou planejadores das reformas e a cultura dos professores, necessariamente aqueles que deveriam implementá-las. Em última instância trata-se de embate de duas culturas, onde os reformadores se notabilizam por seu desejo de

mudanças e os professores se destacam pelo apego ao *status quo*, ou seja, às teorias, normas e práticas cristalizadas em sua vivência cotidiana.

Ora, diante deste entendimento pantenteia-se a importância de se aprofundar estudos, no contexto da história nacional, do papel desempenhado pela RNE na História da Educação brasileira, especialmente no processo de reforma educacional da década de 1990.

As fontes que servirão para verificar a hipótese principal desta pesquisa podem ser consideradas primárias. Além da RNE, também serão consultados documentos oficiais do governo brasileiro e dos organismos internacionais promotores da Reforma Educacional da década de 1990.

Com relação à Revista Nova Escola, além da análise dos números da revista da década de 1990, esta pesquisa tomará como princípio investigativo a necessidade de lançar uma base de comparação entre a estratégia da RNE no período anterior à década de 1990 e a linha de sua atuação no período em que a reforma é efetivamente operacionalizada no país.

O método da análise documental, iluminado pelas categorias da história cultural, será secundado por um “recorte serial”. Esta dupla aproximação poderá trazer um bom esclarecimento do problema investigado.

Apesar da delimitação da pesquisa envolver um pequeno espaço de tempo e a mesma se preocupar predominantemente com uma avaliação qualitativa, a história serial pode ser uma metodologia útil neste caso. BURKE (2005, P. 34) afirma que a “abordagem serial dos textos é adequada em muitos domínios da história cultural...”, e BARROS (2006a) explicita:

Portanto, em que pese que fontes administrativas, estatísticas, testamentárias, policiais e cartoriais se prestem admiravelmente a um trabalho de História Serial, é possível também constituir em série uma documentação literária, iconográfica, ou mesmo práticas perceptíveis a partir de fontes orais. É mesmo possível constituir séries às quais não se pretenda necessariamente aplicar um tratamento quantitativo propriamente dito, mas sim uma abordagem mais tendente ao qualitativo – interessada ainda em perceber tendências, repetições, variações, padrões recorrentes e em discutir o documento integrado em uma série mais ampla, mas sem tomar como abordagem principal a referência numérica.

Desta forma, se procurará estabelecer à luz da evolução da RNE, no contexto da história nacional, as variações temáticas, as mudanças estruturais, os discursos e relatos construídos.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa acima esboçada pretende contribuir para elucidar o papel da RNE na reforma educacional brasileira implementada a partir da década de 1990. Foram apresentadas duas possibilidades de interpretação do amplo movimento de reformas educacionais que se processaram nas mais diversas latitudes. Procurando uma interpretação ampliada, optou-se por atribuir importância central aos aspectos culturais, como motivadores das iniciativas oficiais e particulares de reforma.

Diante da caracterização da formação cultural predominante nos tempos hodiernos, e especialmente da chamada pós-modernidade educacional, será possível identificar alguns elementos novos que podem ser considerados como pontos centrais na cruzada cultural movida pela RNE, com o objetivo de desenvolver determinados padrões, critérios e práticas entre os professores do Brasil.

Obviamente a RNE procura desenvolver estratégias de imposição deste novo modelo de cultura docente, a exemplo do destacado Prêmio Victor Civita, que confere reconhecimento social àqueles docentes que implementam na sua prática profissional os fazeres advogados pela revista.

Após encaminhar um conceito de “cultura docente”, se percebe a necessidade de se perquirir a respeito das táticas de apropriação e das representações docentes em relação ao trabalho da RNE.

Por outro lado, diante da constatação de que os professores, por seu apego à sua práxis historicamente consolidada, têm se constituído no principal óbice ao sucesso das reformas educacionais, verifica-se em que medida a política cultural desenvolvida pela RNE é importante para o contexto do desenvolvimento educacional brasileiro.

Por fim, este arrazoado foi elaborado com o intuito de demonstrar a importância do desenvolvimento de estudos, sob a ótica da história cultural, do papel desempenhado pela RNE na história da educação brasileira na última década do século vinte.

## NOTAS

(1) O Grau de Maturidade Educacional é um componente do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado em 1990 pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, e é determinado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino. PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <http://www.undp.org.br>.

(2) Os números que servem para reforçar esta informação do Site Oficial do Grupo Abril ([http://www.abril.com.br/br/perfil/conteudo\\_43877.shtml](http://www.abril.com.br/br/perfil/conteudo_43877.shtml)), na parte do “Perfil Social” da instituição, foram publicados na Edição 190, de Março de 2006, da Revista Nova Escola, p. 12: 79.086.767 exemplares impressos e distribuídos em duas décadas; 1,5 milhões de leitores mensais da revista; 115.145 escolas atualmente recebem gratuitamente a revista.

(3) Censo Escolar. Sinopse estatística da Educação Básica – 2004. - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, Setembro de 2005.

<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL. Disponível em: [http://www.abril.com.br/br/conhecendo/conteudo\\_43901.shtml](http://www.abril.com.br/br/conhecendo/conteudo_43901.shtml). Acesso em 03 de Mar. 2006.

ASSMANN, Hugo. **Metáforas Novas para Reencantar a Educação: Epistemologia e Didática**. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

BARROS, José D’Assunção. **A História Cultural Francesa – Caminhos de Investigação**. Revista de História e Estudos Culturais. Out./ Nov./ Dez. de 2005. Vol. 2, Ano II, Nº 4. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 15 de Mar. 2006.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASASSUS, Juan. **A Reforma Educacional na América Latina no Contexto de Globalização**. Cadernos de Pesquisas, Nº 114, Nov. de 2001.

CATANI, Afrânio Mendes. **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil** / organizado por Afrânio Mendes Catani e Romualdo Portela de Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Censo Escolar. Sinopse estatística da Educação Básica – 2004. - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, Setembro de 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 03 de Mar. 2006.

Escritos de Educação / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. – (Ciências Sociais da educação).

FALCON, Francisco José Calazans. **História Cultural: Uma visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FRAGO, Antonio Viñao. **Historia de la Educación y Historia Cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez. 1995. Nº 0. ANPED. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Avaliação e as Reformas dos Anos de 1990: Novas Formas de Exclusão, Velhas Formas de Subordinação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 33-170, abril 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de Mar. 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 27 de Fev. 2006.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. **História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: Conceitos, categorias e Materiais Históricos**. Em: História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações / Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho (orgs.) – Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção Memória da Educação).

GENTILE, Paola; BENCINI, Roberta. **Para Aprender e Desenvolver Competências**. Nova Escola: A Revista do Professor. São Paulo. Setembro de 2000.

GOMES, Candido Alberto. **Alocação de recursos para a educação em tempo de crise: razões que a razão desconhece**. Revista Iberoamericana de Educación. Número 14. Financiación de la Educación. Mayo-Agosto 1997. Biblioteca Digital da OEI. Organización de Estados Iberoamericanos Para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/oeivirt/rie14a03.htm>. Acesso em: 10 de Mar. de 2006.

História e história da educação / Demerval Saviani, José Claudinei Lombardi, José Luís Sanfelice (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. – (Coleção Educação Contemporânea).

MARTINS, Ângela Maria. **A Descentralização como Eixo das Reformas do Ensino: Uma Discussão da Literatura**. Educação & Sociedade, ano XXII, no 77, Dezembro/2001

NEVES, Lúcia Maria Wnaderley. (Org.) **Educação e Política no Limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

NUNES, Clarice. **História da Educação Brasileira: Novas abordagens de velhos objetos**. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/index.html>. Acesso em 31 de Mar. 2002.

NUNES; Clarice. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da Educação e Fontes**. Texto encomendado para a XV Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1992.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Reformas Educativas no Brasil na Década de 90**. In: CATANI, Afrânio Mendes. **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil** / organizado por Afrânio Mendes Catani e Romualdo Portela de Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. **A Capacidade de Crescer e as Políticas Macroeconômicas**. XIV Fórum Nacional. Rio de Janeiro, Maio de 2002. Disponível em: <http://forumnacional.org.br>. Acesso em: 10 de Mar. 2006.

PEDROSO, Leda Aparecida. **A Revista Nova Escola: Política Educacional na “Nova República”**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. Tese de Doutorado.

PENIN, Sonia. **Cotidiano e Escola: A obra em construção**. São Paulo: Cortez, 1989.

PEQUENO DICIONÁRIO FILOSÓFICO. São Paulo: Hemus, 1977.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD Brasil. Disponível em: <http://www.undp.org.br>. Acesso em: 10 de Mar. 2006.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. **A “Alma do Negócio”: O ensino de qualidade total nos parâmetros curriculares nacionais**. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/almadonegocio.htm>. Acesso em: 28 de Fev. 2006.

RICCI, Rudá. **Vinte Anos de Reformas Educacionais**. Revista Iberoamericana de Educación. Nº 31. (2003). Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Disponível em: <http://www.oeibrpt.org/>. Acesso em: 10 de Mar. 2006.

VIÑAO, Antonio. **¿Fracasan Las Reformas Educativas? La Respuesta de um Historiador**. Em: Educação no Brasil: história e historiografia / Sociedade Brasileira de História da Educação. (Organizadora) – Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001. (Coleção memória da educação).

